

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169



Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes

Layla Stassun Antonio

The kinds of policies that would value all lives would challenge the dualistic thinking behind the simplistic categories of “humans” and “animals.” Activists must continually challenge speciesism, wherever it appears. The anthropocentric assumptions that permeate our culture are a disaster waiting to happen (IRVINE, 2006, p. 14).

Quando uma catástrofe acontece, pensamos em resgatar vidas. Entretanto, de quais vidas estamos falando? Você pensa em seu gatinho ou cachorrinho quando reflete sobre o que faria caso uma enchente invadisse sua casa? Saberíamos como proceder? E sobre aqueles que estão nos abrigos municipais? E os errantes, vivendo nas ruas? Quem pensa neles? Com base em pesquisa prévia (ANTONIO, 2013), podemos afirmar que esta é uma responsabilidade que, na prática, passa longe de ser prioridade do poder público. Apesar de animais de companhia formarem parceria histórica com os seres humanos – de comprovadamente trazerem benefícios variados para nós – animais não-humanos, em situação de emergência, ainda acabam sendo deixados para trás. Os motivos para essa triste realidade são inúmeros, e não vamos nos ater a eles. Neste capítulo discutiremos como criar planos de contingência que incluam os animais de companhia, baseando-nos em literatura interdisciplinar e internacional que, a partir de estudos de caso, despontam alguns caminhos viáveis para realizar esse passo.

Para desenvolver planos dessa natureza, é essencial que exista parceria prévia entre os atores envolvidos em um cenário de desastre: população, grupos organizados da sociedade civil e ente público. **Parceria** compreende um arranjo em que duas ou mais partes estabelecem um acordo de cooperação para atingir interesses comuns. Nesse sentido, é importante a abertura e o comprometimento das partes para que mais – e as mais diversas – vidas sejam preservadas no caso de um acontecimento trágico.

Animais de companhia são as espécies mais próximas de nós, que habitam nosso ambiente doméstico. Desastres afetam tanto pessoas quanto animais. Nós não somos as únicas vítimas. Aqui focaremos somente a categoria que estamos chamando de animal de companhia, entretanto, devo ressaltar que outras espécies de animais, muitas delas intrínsecas ao nosso modo de vida, apesar de invisibilizadas, também sofrem os efeitos de um desastre. As

questões envolvendo animais utilizados para alimentação, vestuário, lazer, pesquisa, etc. também precisam ser urgentemente problematizadas. A perda de suas vidas não é nem mesmo contabilizada como morte, mas como prejuízo para produtores ou perda de dados de pesquisa.

Whereas most people knew of the plight of companion animals following Katrina, the animals used for food, commonly called “livestock,” rarely merited mention. Animals used in research received even less attention. In the downtown New Orleans laboratories of Louisiana State University’s Health Sciences Center, eight thousand animals used in research died because of Katrina. Poor planning and no regulations meant that most of the animals drowned in their cages or died of suffocation, starvation, and dehydration (IRVINE, 2009, p. 3).

Vulnerabilidade e desastre

Há, nas Ciências Sociais, um debate contínuo sobre a definição do termo *desastre*. Há certo consenso de que definições que focam o agente natural ou tecnológico do desastre tiram a atenção da natureza fundamentalmente social do mesmo. Susan L. Cutter (2005) resume bem a situação quando afirma: “A questão motivadora para esse novo paradigma não é ‘o que é um desastre’, mas sim ‘o que faz pessoas e lugares vulneráveis (e resistentes) a ameaças ambientais e eventos inesperados?’”¹ Ou seja, quando consideramos a vulnerabilidade de certo grupo social, estamos também focando em “*how the lack of social power makes people unable to influence where and how they live and deprives them of a political voice*” (IRVINE, 2009, p. 4). No caso dos animais, há o agravante da falta de autoexpressão inata que os coloca em desvantagem para comunicar seus enfrentamentos. Ademais, assim como outros grupos historicamente oprimidos, os animais, por muito tempo, foram reconhecidos apenas pela utilidade prática das diferentes espécies, que foram utilizadas sistematicamente em benefício de outro grupo hegemônico, no caso dos animais, a espécie humana. Os animais em nossa sociedade sempre foram considerados objetos passíveis de uso e não sujeitos. Peter Singer, em 1975, publica o livro *Animal Liberation* (SINGER, 2004), que introduz novas preocupações éticas sobre o modo como tratamos os animais não-humanos em nossa sociedade. Desde então, o debate se aprofundou e vemos, aos poucos, avanços em prol dos animais não-humanos que coabitam este planeta conosco.

Diferentes animais possuem diferentes habilidades para lidar ou escapar de riscos e também apresentam maior ou menor controle sobre seus

1. Tradução nossa.

ambientes. Ou seja, diferentes tipos de animais são vulneráveis de maneiras diferentes a determinados riscos. A vulnerabilidade é uma característica variável e não uma generalizante ou algo intrínseco (IRVINE, 2009). Os animais domésticos, como o próprio nome diz, foram domesticados no decorrer dos anos e, por isso, dependem enormemente dos seres humanos para sobreviver. Em uma situação crítica, muitos se perdem de seus guardiões e acabam morrendo por inanição, desidratação, doenças, atropelamentos, etc. A fim de mudar esse cenário, já é passada a hora de incluirmos essa categoria de animais em planos de contingência e nos planejamentos de prevenção, preparação, mitigação e recuperação.

Appreciating the nature of humans' attachment to their animals and the meaning of this relationship in different sociocultural and occupational groups has enormous practical implications for disaster management. The importance of these and other issues related to animals in disaster planning is only a very recent phenomenon. In the past, animals, whether pets, livestock, or in the wild, have often been considered only as an afterthought or have even been overlooked by emergency planners and the general public (HALL et al., 2004, p. 368).

A preocupação com a questão animal é muito recente. Nos Estados Unidos, o furacão Katrina, em 2005, causou grande comoção. Na ocasião, milhares de animais sofreram com a resposta inadequada das autoridades competentes e com a falha na evacuação, em que foram deixados para trás.

No caso do furacão Katrina, os planejadores de transporte de emergência fracassaram com os “mais vulneráveis” da nossa sociedade – os indivíduos sem carro, os que não sabiam dirigir, os sem-teto, as pessoas doentes, inválidas, idosas e as crianças. Como resultado, muitas pessoas vulneráveis foram deixadas para trás e podem ter morrido em decorrência de não terem tido nenhum transporte (BULLARD, 2006, p. 127).

No ano seguinte foi instituída a lei federal conhecida como Pets Evacuation and Transportation Standards Act (PETS). As alterações previstas nessa lei destinavam-se a assegurar que os planejadores operacionais de preparação para emergências, tanto estaduais quanto locais, considerassem as necessidades de indivíduos que possuíam animais domésticos e de serviço, na sequência de uma catástrofe de grandes proporções. Na grande maioria das instâncias, a recomendação tem sido apenas: não deixe o animal para trás, leve-o com você, entretanto, os abrigos não aceitarão animais.

No Brasil, a Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC/RJ) elaborou, em 2013, o “Plano de Contingência da Família: de-

envolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres”. Nesse documento, há um tópico denominado Animais de Estimação:

- ◆ Se você possui animais domésticos, deve incluí-los no seu Plano de Contingência da Família.
- ◆ Identifique um amigo, vizinho ou cuidador de animais de confiança para que cuide de seu animal doméstico caso uma emergência lhe impeça de voltar para casa.
- ◆ Coloque uma etiqueta na porta de sua casa para que os serviços de resgate saibam que existe um animal doméstico no interior.
- ◆ Pergunte ao veterinário por instalações para o cuidado de animais que ofereçam abrigo durante uma emergência.
- ◆ Cães e gatos devem sempre portar coleiras, etiquetas de vacinação e identificação.
- ◆ Conheça os lugares onde se escondem normalmente seus animais domésticos, para poder encontrá-los facilmente em caso de emergência.
- ◆ Prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação e coloque artigos para eles em sua Caixa de Emergência. Inclua uma foto colorida atual sua e de seu animal juntos, cópias das fichas veterinárias com data das vacinas, certificado de propriedade e identificação, uma caixa de transporte, focinheira e coleira.
- ◆ Nunca deixe um animal sozinho dentro de um carro, especialmente ao sol ou em dias de muito calor (VAZ, 2013, p. 15).

Ou seja, previamente a qualquer acontecimento, caberia ao tutor procurar saber para onde levar seus animais em caso de emergência. Ou, então, deixá-los para trás, o que a literatura nos aponta ser uma recomendação errônea. Heath, Vocks e Glickman (2000) afirmam que “tutores de animais e gestores de emergência devem entender que a maioria das condições que não são seguras para as pessoas também não são seguras para seus animais”.

Essas orientações prévias são importantes, entretanto, não são suficientes, pois colocam toda a responsabilidade no tutor e não fornece alternativas. Estudos indicam que, sabendo que seus animais não podem acompanhá-los, muitos optam por permanecer em suas casas com os animais de estimação, o que complica ainda mais os esforços de resgate humano. Além de que mais de 80% das pessoas que retornam prematuramente a uma área evacuada depois de a terem deixado o fazem para resgatar o animal de estimação (HEATH, 2000).

Mesmo em países que já estão à frente do Brasil na questão, parece faltar suporte de qualquer tipo. Nesse sentido, em uma situação crítica, grupos organizados da sociedade civil que visam defender os interesses dos animais acabam sendo sobrecarregados pela magnitude das responsabilidades:

Este tem sido o mantra para todos os níveis de governo que prestam alguma atenção às questões animais. No entanto, é claro que estas organizações sozinhas não têm os recursos ou a capacidade para lidar com desastres nacionais de grande escala, e é inadequado “despejar” essa responsabilidade exclusivamente neles (WITTNICH; BELANGER, 2008, p. 128, tradução nossa).

Grupos de proteção animal

Os grupos organizados da sociedade civil que atuam com iniciativas voltadas para o desenvolvimento e promoção do bem-estar social são referenciados por diferentes termos na literatura. Um dos termos mais utilizados para descrevê-los é Organização Não-Governamental (ONG). Essas organizações têm por características principais a finalidade não lucrativa, autonomia, orientação por missões claramente definidas e prioritárias. São organizações privadas com finalidades públicas que utilizam recursos provenientes de doações, patrocínios ou fundos públicos. Sua administração, em geral, é regida pela solidariedade, trabalho participativo e atendimento às necessidades sociais (SOARES, 2006). Nos últimos trinta anos ocorreu incremento quantitativo do universo de entidades do tipo no país, acompanhado da ampliação dos tipos de organização que se habilitaram a classificar-se nessa categoria. Essas organizações podem ter as mais diversas formas e áreas de atuação, entretanto, neste capítulo, exploraremos o perfil de grupos organizados que têm por objetivo a proteção animal, mais especificamente voltada principalmente para animais de companhia, no Brasil.

De fato, ONGs parecem estar bem posicionadas para desempenhar papel significativo nessa área. ONGs tendem a trabalhar com os grupos mais pobres e mais marginalizados da sociedade. Além disso, a abordagem participativa para o desenvolvimento almejado por muitas delas oferece-lhes a oportunidade de examinar a natureza da vulnerabilidade das comunidades e, com base nessa análise, incorporar em seu trabalho medidas adequadas de prevenção, mitigação e preparação para desastres (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa).

Infelizmente, no Brasil, o trabalho de ONGs de proteção animal muitas vezes não é valorizado. Em outros países, como nos EUA, a atuação

conjunta de ONGs com o Estado é bastante reverenciada, inclusive com o apoio de corporações privadas que investem parte de seus lucros em ações sociais em benefício do coletivo.

Podemos ver, como exemplo brasileiro, o caso do Grupo Estimação, grupo organizado da sociedade civil de Teresópolis que atuou na tragédia da região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. O Grupo Estimação acolheu cerca de dois mil animais de diferentes espécies durante a crise aguda, realizando todo tipo de atendimento somente com a ajuda de voluntários e de doações: como resgate (inclusive dificultado pelo ente público), atendimento veterinário, abrigo, alimentação, encaminhamento a novos lares, etc. O grupo foi recompensado, por realizar tarefa que deveria ser do Estado, com uma Declaração de Utilidade Pública.

Essa declaração acaba representando uma pretensão de reconhecimento, um pedaço de papel apenas, pois na prática os serviços realizados que foram reconhecidos como relevantes não foram resguardados pelo Estado no momento em que, após o holofote da mídia ter se apagado, o grupo enfrentou dificuldades reais em mantê-los fora das ruas. Nenhuma verba ou recurso foi destinado à instituição, de nenhuma das esferas de governo. Mesmo assim, o grupo continua atuando nas ruas da cidade muito depois de a crise aguda ter acontecido. O número de animais abandonados nas ruas brasileiras é consequência de uma crise crônica que se estende no tempo social, resultado de um processo de vulnerabilização sócio-histórico. Apesar do grande trabalho realizado pelas ONGs, elas apenas conseguem amenizar o problema. Sem o envolvimento ativo do Estado, incentivando e facilitando o trabalho conjunto e a parceria com os grupos organizados, a crise naturalizada não será ultrapassada.

No Brasil, na grande maioria das vezes, não temos um representante dos grupos organizados dialogando na instância do planejamento para desastres. Os poucos órgãos ou secretarias dedicados aos animais também acabam não se envolvendo nos planos de contingência elaborados pela Defesa Civil, criando falta de comunicação e lacunas de conhecimento sobre como lidar com a população animal. O saber científico-técnico e o saber comunitário deveriam dialogar. Para os autores Benson, Twigg e Myers (2001), apesar do importante papel das ONGs, atualmente, pouco de suas experiências em prevenção, mitigação e preparação é documentado, e muito poderia ser aproveitado desse conhecimento para se avançar nessa área. Há grande falta de integração entre as instituições, permitindo que as autoridades utilizem discursos de fatalidade, assim, quando um desastre acontece, a culpa não recai sobre nenhum órgão es-

pecífico. Ainda segundo esses autores, alguns dos motivos pelos quais as ONGs são atores particularmente efetivos em cenários de desastre são:

- ◆ ONGs optam por trabalhar com os mais necessitados;
- ◆ assumem uma abordagem participativa, respondendo às necessidades da população local;
- ◆ fazem compromissos de longo prazo;
- ◆ operacionalmente, são rápidos, flexíveis e de baixo custo;
- ◆ são inovadores na identificação de questões emergentes e em experimentar novos métodos; e
- ◆ tentam dar às pessoas sem poder ou marginalizadas voz nas discussões políticas com os ricos e poderosos (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa).

Os grupos e protetores de animais brasileiros apresentam várias características únicas que merecem ser exploradas mais a fundo. As informações para a elaboração desse compilado são resultado do interesse contínuo pelo tema durante alguns anos, tanto como acadêmica quanto como voluntária envolvida com grupos locais.² Foram utilizadas as redes sociais para acompanhar e ter uma visão geral dos problemas enfrentados pela proteção animal no Brasil. Atualmente, as redes sociais são uma ferramenta importante para esses protetores, tornando-se recentemente um aspecto relevante da proteção animal graças a seu grande alcance. O envolvimento na resolução de problemas e o acompanhamento da rotina de diversas entidades e protetores independentes atuantes em diferentes regiões brasileiras nos revelam várias semelhanças entre seus enfrentamentos.

Grupos ou entidades que têm por principal objetivo a proteção animal em geral são formados por pessoas com grande sensibilidade em relação ao sofrimento dos animais. As organizações brasileiras de proteção e bem-estar animal atuam em diversas áreas, como: resgate e tratamento de animais domésticos; programas de esterilização e adoção de cães e gatos; campanhas de conscientização sobre maus-tratos; programas educativos; dentre outros. Além disso, realizam mobilizações pela criação e aplicação de leis de proteção aos animais (WSPA).³

Essas organizações, diferentemente de algumas cujo principal objetivo são outras questões sociais, dificilmente recebem qualquer tipo de

2. Grupos da cidade de São Carlos (SP).

3. Retirado do site oficial da WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal. Disponível em: <http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/> Acesso em: 20 mar. 2015.

fundo governamental ou até mesmo patrocínio. Podemos citar como exemplo a Adote um Gatinho,⁴ ONG situada em São Paulo e que há anos divulga publicamente seu interesse em conseguir um patrocínio. Apesar de ser considerada uma organização idônea, bem-sucedida e que realiza um trabalho competente no resgate e adoção de gatos em seus mais de dez anos de funcionamento, até hoje nenhuma empresa se interessou em patrociná-la. Essas organizações, na sua grande maioria, mantêm os animais que estão sob seus cuidados somente com a ajuda de doações de pessoas físicas ou com a verba angariada em eventos realizados com esse propósito. Por isso o papel importante das redes sociais, que divulgam o trabalho realizado para além da região em que atuam, sem falar na divulgação de animais que aguardam adoção.

Uma característica incomum relacionada com a questão animal é o número de pessoas, aqui referidas como protetores de animais, embora nem todas se identifiquem como tal, que realizam ações no sentido de prezar pelo bem-estar animal independentemente de estarem oficialmente ligadas a organizações não-governamentais. Retiram animais das ruas ou resgatam animais vítimas de maus-tratos e oferecem abrigo e tratamento veterinário para posteriormente colocá-los para adoção. Tanto protetores de animais independentes quanto os membros dos grupos organizados em geral têm emprego fixo não relacionado com a causa animal e em seu tempo livre se dedicam intensamente aos animais. Protetores de animais e entidades vivem constantemente sobrecarregados, além dos seus limites de ocupação, por uma série de razões. Uma das principais é que a motivação para alguém se tornar um protetor de animais é a compaixão pelo Outro, pelos seres que estão em situação de vulnerabilidade. Assim, com o grande número de animais nas ruas, também são muitos os que aparecem necessitando de ajuda. Para alguém que se sensibiliza, agir racionalmente e negar ajuda a um ser que se encontra em situação de fragilização não é o usual.

Um aspecto importante das entidades particulares de proteção animal brasileiras, que difere das atuantes em outros países, é a política de não realizar eutanásia. Mesmo em condições precárias, os animais resgatados são encaminhados para um veterinário e, se há alguma possibilidade de recuperação, independente do preço, o tratamento é iniciado. Assim, para conseguir realizar esse trabalho dispendioso, em geral, os casos são divulgados para arrecadar doações a fim de cobrir os tratamentos. Por essa razão, protetores de animais criam grandes redes de cooperação, que operam

4. Site oficial: <http://adoteumgatinho.uol.com.br/>. Acesso em: 21 mar. 2015.

por meio do compartilhamento de informações, indicações, divulgação, ajuda com transporte, dentre outros. As organizações que não possuem abrigos funcionam como fonte de conexões e orientação, além de muitas vezes realizar trabalho de conscientização. Outra característica encontrada nas ONGs maiores e mais respeitadas é a realização somente de adoções responsáveis. Antes de entregar um animal que foi resgatado e tratado, alguns questionamentos são feitos para o possível adotante e, dependendo das respostas, a adoção não acontece. Esses protetores entendem que todo o trabalho realizado é em vão quando o adotante não pratica a guarda responsável.⁵ Em geral, os animais também são entregues já castrados para evitar crias indesejáveis e um novo ciclo de abandono.

Há uma visão errônea disseminada na sociedade de que o protetor de animais é alguém designado para essa função e que tem a obrigação de cumpri-la. Porém, protetores de animais nada mais são do que pessoas que entendem que é responsabilidade social coletiva resguardar a vida desses seres tão negligenciados pela sociedade. Em virtude desse engano, muitos buscam as organizações ou os protetores independentes exigindo resgates ou abandonando animais em suas portas, além de realizar ameaças sugerindo que, se o protetor não atender a seus pedidos, será uma sentença de morte ao animal.

As pessoas nos perguntam assim: “Se vocês não podem resgatar, pra onde podemos levar então?”. Gente, entendam de uma vez por todas: não existe um lugar para onde vocês possam levar, isso no nosso país simplesmente não existe! Não existe um lugar seguro para levarmos os animais. Com exceção de raríssimas prefeituras que tentam manter um programa razoavelmente decente de castração e adoção, não existem abrigos públicos bem estruturados. (...) Sequer estatísticas confiáveis nós temos! Os nossos CCZs de modo geral são um campo de concentração, e quem entra lá dificilmente sai vivo. Além disso, não podemos esquecer que a função original do CCZ nunca foi de resgate e adoção, mas sim de controle de zoonoses, como o próprio nome diz. Muitas vezes é difí-

5. Guarda responsável são algumas regras básicas que um tutor deve seguir *de forma a se garantirem a saúde, a segurança e o conforto de seus animais* durante toda a vida deles. É responsabilidade do tutor prover-lhe tudo o que for necessário e de qualidade, como abrigo, conforto, imunização contra doenças, alimentação, assistência médica, esterilização, lazer, segurança (que significa não permitir o livre acesso às ruas), etc. Deter a guarda de um indivíduo abrange muitas responsabilidades e dilemas que devem ser pensados e resolvidos muito bem, por isso a adoção deve ser de forma orientada e consciente, evitando assim novos abandonos. Várias questões devem ser respondidas antes de se adotar um animal de companhia. Veja mais em: <http://www.uniaolibertariaanimal.com/site/index.php/variedades/artigos/16-perguntas-para-guarda-responsavel.html>. Acesso em: 21 mar. 2015.

cil até de convencer os bombeiros a irem resgatar um gato preso em uma árvore ou na tubulação de esgoto (RESGATINHOS, 2013).

A fragilidade multidimensional em conjunto com o abandono sociopolítico da população animal colocam pressão e responsabilidade além da desejada sobre aqueles que já realizam o que consideram dentro de suas possibilidades. O grupo Resgatinhos⁶ de Campinas, em artigo abordando a questão dos protetores, afirma: “Pois montar um abrigo é a maneira mais rápida e certa de ver todo o seu dinheiro, saúde e sanidade emocional irem embora”.⁷ O trabalho dos grupos organizados da sociedade civil não soluciona o problema crônico de descaso, desrespeito, abandono, maus-tratos e superpopulação de animais, apenas tenta amenizá-lo.

A necessidade de grupos organizados que atuem na questão animal sempre existirá, porém, com o poder público realizando pouquíssimas ações voltadas à população animal no sentido de solucionar os problemas centrais, os chamados protetores de animais estarão sempre sobrecarregados e, mesmo realizando muito trabalho, não solucionarão o problema. Sem o Estado como aliado e sem endereçar a crise naturalizada, todas as medidas são paliativas.

Nas crises agudas ou desastres, o poder público não comparece para resolver crises intensas relativas à população animal. São essas mesmas entidades, grupos e organizações que suprem essa demanda. Voluntários que decidem ajudar, muitas vezes, possuem previamente animais sob seus cuidados. O abandono crônico não para quando um desastre acontece. Esses grupos e protetores independentes se desdobram diariamente para realizar uma função que o Estado está longe de cumprir. A legislação vaga juntamente com a naturalização do abandono causada pela falta de políticas públicas que visam à sensibilização e à educação ambiental são as grandes causadoras do problema crônico que vulnerabiliza e resulta em efeitos devastadores na ocorrência de uma crise aguda.

Censo e iniciativas

Uma das providências mais importantes na realização de um planejamento de contingência efetivo, que devemos ressaltar, seria a contabilização dos animais domésticos e de serviço existentes em determinada região. As estimativas atuais brasileiras são altamente imprecisas. O

6. Site oficial: <http://www.resgatinhos.com.br/>. Acesso em: 21 mar. 2015.

7. Artigo disponível em: <http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao/>. Acesso em: 25 mar. 2015.

ideal seria ter um cadastro de todos os animais: domiciliados, semidomiciliados e errantes. Isso poderia ser realizado por meio de campanhas, com postos para registro em pet shops e clínicas veterinárias e incentivos fiscais para aqueles que cadastrarem animais que estão sob seus cuidados. Iniciativas desse tipo já despontam em algumas localidades, como Araquari, município de Santa Catarina, que em junho de 2014 sancionou um projeto de lei que estipula que moradores que adotarem “animais de rua” terão desconto no IPTU.⁸ Com isso, haverá um cadastro dos animais daquela região.

Também, estudos em andamento buscam estimar com elevada precisão quantos cães e gatos domiciliados vivem nas cidades brasileiras, por meio de softwares, como um que é desenvolvido atualmente por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP).⁹

A Defesa Civil de Campos dos Goytacazes (RJ) também tem um projeto inovador: eles realizaram, em parceria com a Associação de Proteção Animal (APA), o levantamento de moradores e também de animais que habitam a região de Três Vendas, um bairro frequentemente invadido pelas águas, resultando em enchentes, inundações e alagamentos. Essa parceria já trouxe bons resultados em outras ocasiões, como no caso da inundação do bairro de Ururaí, em 2013.

O grande número de animais abandonados nas ruas, a falta de informação sobre a população animal, juntamente com o fracasso dos moradores em identificar e vacinar seus animais, são agravantes em situação de desastre. Condições preexistentes que vulnerabilizam a população animal determinam as consequências de um desastre, muito mais do que condições que surgem como resultado da crise aguda. O abandono é uma das maiores consequências de desastres para os animais. Os fatores que influenciam donos a entregar seus animais a abrigos humanitários são os mesmos em períodos de desastre ou não-desastre: problemas comportamentais, idade e o status de esterilização, assim como mudança de residência do dono. Todas essas semelhanças entre o abandono de animais durante crises pontuais e o abandono em outras épocas indicam que o padrão de cuidados com o animal previamente a um desastre aponta a disposição que um tutor terá de cuidar de seu animal quando um desastre ocorrer. A prevenção com relação a animais em contexto de desastre passa também por políticas públicas que tenham por objetivo o controle

8. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/prefeitura-vai-dar-desconto-no-iptu-para-quem-adotar-animal-de-rua.html>. Acesso em: 26 mar. 2015.

9. Disponível em http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/. Acesso em: 26 mar. 2015.

populacional por meio da esterilização, o cadastro dos animais e de seus tutores, a identificação dos animais, campanhas de vacinação e de adoção de animais abandonados, atendimento veterinário a baixo custo, dentre outros. Com o poder público oferecendo serviços básicos de qualidade, cria-se uma rede de apoio ao tutor do animal, fator que provavelmente resultaria em diminuição dos casos de abandono. Com menos abandono, a população animal se torna menos vulnerável a fatores externos.

Um bom exemplo de agente efetivo no sentido de preparação para uma crise aguda com relação aos animais, por tratar do assunto regularmente e não apenas na crise, é o órgão chamado Animals in Schools Education Trust (AASET), que atua na Nova Zelândia, trazendo a discussão da questão animal às escolas do país:

The Animals in Schools Education Trust (AASET) works to provide resources to promote the inclusion of animal topics, including animal welfare, in schools throughout New Zealand. AASET endorses and encourages the addition of balanced material relating to animals in all roles in society, including working animals, those kept in the farming sector, companion animals, and those used in RTT. AASET believes that teaching young people about the importance of animal welfare will positively affect their long-term development and relationships with animals and one another (BAYVEL; CROSS, 2010, p. 6).

Mesmo em países que, na última década, começaram a gradualmente incluir animais em seus planos de resposta aos desastres, como os Estados Unidos, vemos que não há resposta correta sobre um modelo de plano que seja ideal. Irvine afirma que, mesmo com a lei federal PETS:

Local and national activists and animal welfare agencies, as well as other animal stakeholders, will continue to carry out the work, using donations and volunteer labor. Federal legislation regarding animal welfare in disasters goes nowhere without volunteers and activists (IRVINE, 2006, p. 2).

Ou seja, a lei serve apenas para dar respaldo às ações dos grupos que já realizavam trabalhos de resposta emergencial a desastres previamente à lei. Os próprios órgãos do ente público, na realidade, não possuem estrutura ou preparo para realizar o trabalho que esses grupos desenvolvem. O que nos indica que a resposta está na parceria dos atores e na colaboração mútua entre o Estado e a sociedade civil. Os grupos organizados não dão conta de suprir toda a demanda de atendimento sem o respaldo e o incentivo da lei, acabando por realizar o trabalho em situações precárias,

e o Estado não é capaz de dar resposta adequada à população animal sem dialogar com atores que representem esse segmento.

Parceria e diálogo

Quando se trata de criar planos de contingência eficazes, acreditamos que as palavras-chave sejam parceria e diálogo. A superpopulação de animais domésticos, tanto domiciliados quanto errantes, é um problema de grande proporção. Somente o Estado, ou somente a sociedade civil sozinha, não dará conta de mudar a realidade dessa população. Nesse sentido, uma questão muito importante que devemos salientar é a tendência brasileira de órgãos que são os responsáveis por atuar nas medidas de resposta a desastres, como, por exemplo, a Defesa Civil, serem, em geral, de natureza militarizada.

A racionalidade das autoridades competentes segue uma lógica operativa militar, de cultura autoritária e falta de transparência, e esse tipo de lógica impede que se tenha um diálogo transparente e democrático com outros atores importantes, inclusive com a população afetada.

Instituições engessadas, que atuam de forma hierárquica e autoritária, falham em reconhecer os reais problemas enfrentados pelo meio social. Em vez disso, uma instituição militarizada vem para “resolver o problema e impor a ordem”:

Porque o pensamento institucional só pode enquadrar problemas seletivamente, as soluções oferecidas muitas vezes ficam aquém de resolver os problemas experienciados pelos que estão fora da alçada da instituição. Em outras palavras, o pensamento institucional falha em enxergar aspectos relevantes da situação ou circunstâncias que são prementes para aqueles que vivenciam o problema (IRVINE, 2006, p. 4, tradução nossa).

O que acontece é uma disputa de poder no cenário de devastação, em que os órgãos institucionais estão competindo entre si e impondo o saber técnico-cientificista à população. Há racionalidades diferentes dentro do próprio Estado, assim como existem racionalidades diferentes na sociedade civil. E todas estão em disputa em meio ao caos que é um desastre, e isso impede o trabalho em conjunto. As autoridades competentes acabam por desrespeitar os diferentes saberes e interpretações sobre como agir/sentir, considerando o saber técnico como o único detentor da verdade. É necessário planejamento estratégico prévio, diálogo entre a Defesa Civil, grupos organizados e a população, sem desqualificar o discurso do Outro. Somente assim um plano de contingência seria realmente eficaz.

No âmbito de uma multiplicidade de agentes em concorrência e da disputa desigual ou assimétrica entre os mesmo, se confirma a desqualificação de determinados argumentos e práticas leigas – ou a depreciação de suas formas de interpretação do processo (VARGAS, 2014, p. 269).

Há em nossa sociedade, como já apontado, uma naturalização da situação de abandono, maus-tratos e indiferença com relação aos animais. Essa mentalidade também perpassa as instituições. Assim, em uma situação de resposta de emergência, em geral, o especismo¹⁰ e uma atitude paternalística prevalecem, e esses agentes de resposta direta acabam escolhendo salvar vidas humanas primeiro, muitas vezes à custa da vida de animais (IRVINE, 2006). Por isso também a importância do período de planejamento, de se considerarem todas essas questões antes de uma catástrofe acontecer.

Irvine nos fornece um exemplo de como pequenas modificações nas ações das autoridades competentes em medidas de resposta, quando incluindo os animais no planejamento, ao fugir da lógica especista, faz muita diferença:

If disaster response policy were examined with an eye to eliminating speciesist assumptions, small changes could improve the situation for people and animals. [...] For example, in a conversation I had with a veterinarian volunteer about six months after Katrina, I learned that Red Cross responders are not permitted to carry dog and cat food in their vehicles. [...] Hundreds, perhaps thousands, of dogs and cats starved because emergency vehicles were reserved for *human* needs. Only once animal response teams were allowed in the city could food be made available to stranded and stray animals (IRVINE, 2006, p. 6).

Outra questão é a confiança nas autoridades competentes, pois não adianta recomendar que a população prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação, tenha caixas de transporte, identificação, alimento, etc., se, no entanto, em caso de uma ordem de evacuação real, os indivíduos forem obrigados a ceder à autoridade e à expertise de gestores de emergência que irão impor sua lógica tecnicista.

10. O termo “especismo” (do inglês *speciesism*) foi lançado pelo psicólogo britânico Richard Ryder, na década de 1970, mas ganhou mais evidência a partir do livro *Animal Liberation* (1975), de Peter Singer, que imprime a seguinte definição (buscando paralelos com o racismo e o sexismo): “é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras”.

São necessários sensibilidade e preparo para lidar, numa hora crítica, com os tutores que prezam por seus animais de estimação e que não realizarão medidas de emergência que não os contemplem. Animais influenciam decisões, por isso são elementos fundamentais para a promoção da resiliência de indivíduos e comunidades e devem ser incluídos em todo e qualquer tipo de ação emergencial.

Considerações finais

Animais são cronicamente vulneráveis na sociedade em que vivemos. O especismo perpassa todo o meio social, inclusive as instituições. Temos de nos atentar a isso, se buscamos medidas de prevenção, preparação, mitigação e recuperação mais eficientes para a população animal e também para seus tutores humanos.

Grupos de proteção animal são sobrecarregados de trabalho já em suas atuações cotidianas. Em situação crítica, é necessário que redes de apoio mais complexas sejam criadas, com profissionais qualificados locais que atendam à demanda, como veterinários treinados para situações de desastre.

Serviços básicos oferecidos previamente a tutores de animais, como atendimento veterinário gratuito, campanhas de esterilização, conscientização sobre guarda responsável, educação ambiental, etc., diminuem a vulnerabilidade dessa população com relação a qualquer fator de ameaça. Combater a crise crônica de naturalização do abandono é o que efetivamente transformaria a realidade dessa população.

O Estado e a sociedade civil devem caminhar conjuntamente, com os órgãos públicos e a lei respaldando as ações dos grupos organizados, incluindo-os no processo de elaboração de planos de contingência, e com os grupos atuando de maneira orientada e mais eficazmente ao lado da Defesa Civil.

A contabilização de animais vivendo em determinada região e de vidas perdidas após uma crise aguda também são informações cruciais para analisar se as medidas emergenciais estão sendo efetivas. Atualmente, não ter qualquer uma dessas estatísticas nos indica que é preciso mudança de mentalidade. É importante também, para uma situação de evacuação, ter meios adequados para o transporte desses animais e uma logística já previamente engatilhada.

Há avanço: a mentalidade da sociedade sobre os animais está aos poucos mudando. É o que os poucos, mas em número crescente, trabalhos

sobre o assunto apontam. Muito ainda há a ser estudado para se conseguir, na prática, um plano de ação que se encaixe nas particularidades do meio social brasileiro, respeitando ainda as características específicas de cada região. Porém, é baseando-se nas experiências práticas dos atores que frequentemente se envolvem na situação crítica de crise aguda, como grupos organizados da sociedade civil, que planejamentos mais eficazes serão elaborados. Principalmente porque esses grupos também estão envolvidos na realidade cotidiana dessa população, lidando com a vulnerabilidade crônica na qual esses animais se encontram.

É imprescindível e urgente uma abertura sincera ao diálogo, advinda dos órgãos públicos, que saibam ouvir e incorporar saberes múltiplos, trabalhando em parceria com a população, para conseguirmos planejamentos estratégicos mais eficazes. Precisamos quebrar o ciclo vicioso de disputas de poder para trabalhar conjuntamente, realizando um diálogo transparente entre os atores presentes em um fenômeno complexo que é um desastre.

Os processos de vulnerabilização forjam, historicamente, o público e a ocasião: havendo o impacto de um fator ameaçante qualquer, garantido está amplo contingente desprotegido para afetar duramente. E, após o “dia do desastre”, o pouco feito, pelos atores nacionais e multilaterais, em prol da restituição dos mínimos vitais e da recuperação das capacidades, individuais e comunitárias, dos afetados garantirá a próxima “safa” de desastres (VALENCIO, 2012, p. 204).

Bibliografia

ANTONIO, L. S. **Animais em contexto de desastre no Brasil: da fragilização multidimensional ao abandono sociopolítico**. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BAYVEL, D. A. C; CROSS, N. Animal welfare: a complex domestic and International Public-Policy Issue – who are the key players? **J. Vet. Med. Educ.**, v. 37, n. 1, p. 3-12, 2010.

BENSON, C.; TWIGG, J.; MYERS, M. NGO Initiatives in risk reduction: an overview. **Disasters**, v. 25, n. 3, p. 199-215, 2001.

BULLARD, R. T. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma ‘nova’ Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: SENELE, H.; PACHECO, T. (Orgs.) **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2006. p. 126-147.

CUTTER, S. L. Are we asking the right question? In: PERRY, R.; QUARANTELLI, E.L. (Org.). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris Books, 2005. p. 39-48.

- HALL, M. J.; NG, A.; URSANO, R. J.; HOLLOWAY, H.; FULLERTON, C.; CASPER, J. Psychological impact of the animal-human bond in disaster preparedness and response. **Journal of Psychiatric Practice**, v. 10, n. 6, p. 368-374, Nov. 2004,.
- HEATH, S. E. **An epidemiological study of public and animal health consequences of pet ownership in a disaster**: the January 1997 flood of Yuba County, California. Dissertation Abstracts International: Section B, The Sciences and Engineering, 2000.
- HEATH, S. E.; VOCKS, S. K.; GLICKMAN, L. T. A study of pet rescue in two disasters. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 18, n. 3, p. 361-381, Nov. 2000.
- HUDSON, L. C.; BERSCHNEIDER, H. M.; FERRIS, K. K.; VIVRETTE, S. L. Disaster relief management of companion animals affected by the floods of Hurricane Floyd. *Vet Med Today: Disaster Medicine* **JAVMA**, v. 218, n. 3, Feb. 1, 2001.
- IRVINE, L. Animals in disasters: issues for animal liberation activism and policy. **Animal Liberation Philosophy and Policy Journal**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2006.
- _____. **Filling the Ark**: animal welfare in disasters. Philadelphia, PA, USA: Temple University Press, 2009.
- REGATINHOS. **A ilusão dos abrigos e dos grupos de proteção**. 7 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Lugano, 2004.
- SOARES, P. **O papel da informação em entidades de proteção animal**. Estudo de caso: Instituto Nina Rosa. 2006. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- VALENCIO, N. **Para além do ‘dia do desastre’**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012. (Coleção Ciências Sociais).
- VARGAS, D. Desastre – autoridades e afetados: desiguais condições de poder ou esforço de negação do dissenso. In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construções, interfaces e perspectivas. v. 4. São Carlos: RiMa, 2014. p. 255-280.
- VASCONCELOS, Y. Vira-latas sob controle. **Agência Fapesp**, 22 set. 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/> Acesso em: 26 mar. de 2015.
- VAZ, P. R. M. **Plano de contingência da família**: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres. Rio de Janeiro: ESDEC, 2013.
- WITTNICH, C.; BELANGER, M. How is animal welfare addressed in Canada’s Emergency Response Plans? **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 11, n. 2, p. 125-132, 2008.
- WSPA. Sociedade Mundial de Proteção Animal. **Organizações brasileiras**. Disponível em: <<http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.